

Argentina revê as metas de ajuste com o Fundo

A Argentina reformulou seu acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de forma a refletir o novo e rigoroso programa governamental de combate à inflação de quatro dígitos.

O Ministério da Economia divulgou um adendo ao seu memorando de entendimento com o FMI, definindo metas econômicas mais estritas, de acordo com o programa de combate à inflação.

Sob a nova previsão o déficit público para 1985 será "em torno de 4% do Produto Nacional Bruto (PNB) do país, estimado em US\$ 70 bilhões, anteriormente

foi estimado em 6% do PNB.

A 14 de junho passado, o governo anunciou um drástico programa antiinflacionário, que inclui um congelamento de preços e salários por um prazo não definido. O peso foi substituído por uma nova moeda, o austral, apoiada por uma promessa do governo de controlar mais rigidamente os meios de pagamento.

Na nova carta ao FMI, o governo apresenta seu programa para o corte de gastos e redução dos déficits das empresas estatais, que consumiram bilhões de dólares nos últimos anos.

O documento assinala que o orçamento nacional de 1985, ainda a ser aprovado pelo Congresso, prevê um déficit de 4,1% do PNB, com um corte de 12% nos recursos federais destinados às províncias.

"A proposta final de orçamento inclui cortes adicionais nos gastos por parte do governo central e agências descentralizadas", diz o novo documento. "Além disso, os déficits operacionais para as companhias públicas foram reduzidos além do definido no memorando de 11 de junho."

O documento afirma que as estatais elevaram seus preços nas semanas anteriores ao congelamento em uma média de 35%, para incrementar sua receita e reduzir os prejuízos, acrescentando que "isto poderá resultar em superávits para as companhias".